

Memória ferroviária

Livros centenários são restaurados e digitalizados em Juiz de Fora

Entre os bens da extinta RFFSA, localizados na jurisdição da Unidade Regional da Inventariança em Juiz de Fora - URJUF, encontram-se os "Livros de Termos da E.F.C.B.", alguns com 140 anos, sendo anteriores à lei de criação dos cartórios. Esses livros registram, em manuscritos únicos, as propriedades de bens (móveis e imóveis) da Estrada de Ferro Central do Brasil, bem como outros registros, tais como permissão de uso de bens a terceiros, recebimento de doações, realizadas por terceiros à E.F.C.B.

Ao informar propriedades, faixas de domínios e contratos comerciais firmados pela antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, os documentos registram a história dos municípios da jurisdição, o que está intimamente ligada à instalação e ao crescimento da ferrovia.

O acervo em questão é composto de 91 "Livros de Termos" e acaba de ser recuperado e digitalizado pela Inventariança, por meio da Unidade Regional de Juiz de Fora. O estado de conservação em que se encontrava este acervo era crítico, dificultando seu manuseio, colocando em risco as informações constantes nos mesmos.

Os Livros são usados diariamente pela Inventariança, na instrução de



Estação de trabalho

defesa ao patrimônio da União (ações de usucapião, reintegração de posse e outras).

O trabalho de recuperação foi realizado em 8 meses, tendo sido realizados serviços de conservação, higienização, limpeza profunda, verificação da existência de agentes biológicos, retirada de insetos, remoção de pó e sujidades a seco, remoção de prendedores metálicos, etiquetas, fita adesiva e adoção de medidas profiláticas, com vistas a sua preservação.

Com o projeto de instalação de um "Centro de Documentação Ferroviária", em Juiz de Fora, se pretende, entre outros objetivos, a ele ser incorporado este acervo raro e valioso. Dentro desse contexto de preservação da memória ferroviária está inserido o "Museu Ferroviário de Juiz de Fora", o qual reúne mais de 400 peças entre mobiliário, instrumentos de trabalho e de comunicação, livros técnicos, fotografias, equipamentos científicos e louças, possuindo, em sua área externa, duas locomotivas a vapor originais.



Livro Termo após restauração



Livro Termo antes da restauração

“ Os Livros são usados diariamente, pela Inventariança, na instrução de defesa ao patrimônio da União. ”

ENTREVISTA COM O INVENTARIANTE

O INFORME DA INVENTARIANÇA entrevista o Inventariante - engenheiro Manoel Geraldo Costa. Nas próximas edições, outros gestores serão entrevistados.

Admitido na RFFSA, por meio de concurso público em 1972, como escriturário, graduou-se em engenharia mecânica, ingressando no quadro de engenheiros da extinta empresa em 1978. Ocupou vários cargos de gestão na Superintendência Regional Campos da RFFSA (SR.8), culminando com o de Superintendente Regional. Trabalhou na Administração Geral da RFFSA e na AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários - AGEF, subsidiária da RFFSA, como Chefe de Gabinete da Presidência e Coordenador de Patrimônio, até sua extinção.

INFORME: Qual a importância dos trabalhos da Inventariança?

Inventariante: A RFFSA, quando de sua criação em março de 1957, incorporou dezoito ferrovias regionais, consolidando, desde então, relevante patrimônio, ampliado, significativamente, com o decorrer dos anos. O valor desse patrimônio, situava-se entre os primeiros das empresas brasileiras, privadas ou de economia mista, até 22/01/2007, quando foi extinta. No mesmo contexto, pode-se destacar o vasto acervo documental gerado, ou seja: documentos de seus empregados (pastas funcionais); projetos de ferrovias e normas técnicas, hoje ainda utilizadas pela engenharia ferroviária; escrituras, plantas e documentos de seus imóveis, em todo o país. Não menos relevante vale destacar, os bens móveis e documentos considerados de valor histórico, preservados pela RFFSA. Por outra visão, chega-se ao patrimônio imaterial da empresa extinta: sua marca, sua sigla (RFFSA), seu inconfundível logotipo; sua história e o que ela representou para o país, a tecnologia e experiência, acumuladas ao longo dos anos, absorvidas e transmitidas por seus anônimos empregados, desde os trabalhadores de linha até o presidente da empresa. Definitivamente, esse é o maior patrimônio da empresa extinta. Então, a importância dos trabalhos da Inventariança, reside, em síntese, na transferência desse valioso legado, aos órgãos sucessores, o qual pode ser entendido como um trabalho distinto e singular, até então não realizado no país, com ênfases para sua magnitude e dispersão. Tal trabalho tem sido feito de forma minuciosa e criteriosa, observando-se as normas e procedi-



mentos legais, visando, sempre, facilitar os órgãos sucessores da extinta RFFSA envolvidos no processo de transição, de modo que possam desempenhar suas funções legais. Destaco, a importância do trabalho realizado pelos inventariantes anteriores, os quais, com muita competência e dedicação, iniciaram e conduziram esse monumental inventário, sob supervisão do Ministério dos Transportes, abrangendo, dentre outros bens, 51.113 imóveis não operacionais e 54.703 operacionais, 37.000 itens em estoque (almoxarifados). No tocante aos bens móveis operacionais, 393 locomotivas, 4.353 vagões e 38.300 equipamentos. Realmente, um grande inventário.

INFORME: Como são realizados os Inventários?

Inventariante: É um trabalho estimulante. Todos os inventários são executados por Comissões de Inventário, nomeadas pelo Inventariante, seguindo a estruturação organizacional da Inventariança. Os Ministérios vinculados aos trabalhos da Inventariança, em função dos órgãos sucessores, ou seja: Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Advocacia-Geral da União, constituíram seus representantes, na qualidade de Assessores do Inventariante. Os trabalhos das Comissões de Inventário estão sob coordenação desses Assessores. Algumas Comissões, devido às caracterís-

ticas do inventário, desdobram-se em Comissões Regionais. Nesse caso, os trabalhos de campo, no âmbito das treze Unidades Regionais da Inventariança, incluindo a Sede da Inventariança, são executados pelas Comissões Regionais e homologados pelas Comissões Nacionais, bem como pelos respectivos Assessores. Os resultados dos inventários são registrados em "Termos de Transferência", destinados aos órgãos sucessores. Destaca-se a peculiaridade dos inventários. Temos inventários voltados ao quantitativo de bens, com registro fotográfico, tais como: máquinas, equipamentos e seus componentes; bens móveis e utensílios e bens históricos. Outros, vinculados a documentos, como no caso de imóveis, para os quais foi desenvolvido pela Inventariança um sistema de consolidação das informações pertinentes (check list), uma ótima ferramenta de trabalho, não só para a Inventariança, mas, também, para a SPU, DNIT e IPHAN que a utiliza. Temos os inventários de haveres de deveres da extinta RFFSA, cujos correspondentes créditos e débitos, após apurados e certificados, inclusive pela Controladoria-Geral da União, para valores superiores a R\$ 250 mil, são transferidos para o Ministério da Fazenda, ou para os órgãos sucessores. Na mesma direção, não posso deixar de registrar o inventário do riquíssimo acervo documental da RFFSA, parte dele com guarda obrigatória de 100 anos. O inventário desse acervo, além da iden-

tificação e vinculação de dados de cada documento, contempla o tratamento (higienização) e organização do arquivo. Com base em tal acervo, são prestadas importantes informações a empregados e pensionistas da RFFSA, bem como aos oriundos da incorporada FEPASA. Além das demandas citadas, no tocante a defesa dos interesses da União, atende-se, também, consultas formuladas pela SPU, AGU, DNIT, ANTT, IPHAN, DEPEX, e, ainda, outras feitas pelas concessionárias, Estados e Municípios. Depreende-se, pois, que mesmo com o término dos inventários, estes atendimentos continuarão a ser feitos, de alguma forma.

INFORME: No contexto da extinção da RFFSA, qual a importância dos órgãos sucessores?

Inventariante: Conforme estabelecido na Lei 11.483, de 31/05/2007, a União sucedeu a RFFSA nos direitos, obrigações e ações judiciais. Portanto, os órgãos sucessores indicados na citada Lei, representam a União, no que for pertinente à sucessão da RFFSA. Assim, a propriedade dos bens operacionais (bens arrendados às concessionárias de transporte de carga ferroviária) é do DNIT, cabendo a ele, também, os bens móveis não operacionais (bens não arrendados). No tocante aos imóveis não operacionais, o sucessor é a Secretaria de Patrimônio da União. Na mesma direção, cabe à Advocacia-Geral da União a defesa dos interesses da União nas ações judiciais em que a extinta RFFSA seja autora ou ré. Participam, ainda, da transição: o DEPEX, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela gestão da complementação de aposentadoria dos ferroviários, instituída pelas Leis nº 8186/1991 e 10478/2002; o IPHAN, como proprietário dos bens considerados de valor histórico e cultural; e o Arquivo Nacional, responsável pelo acervo documental não destinado aos citados órgãos. Tais entes governamentais, quando da extinção da RFFSA, receberam novas atribuições, além daquelas desenvolvidas por eles. No início do processo de inventário, fez-se necessário conhecer sua amplitude, bem como definir estruturação administrativa e técnica, de forma adequada às novas atribuições. À

“ Por outra visão, chega-se ao patrimônio imaterial da empresa extinta: sua marca, sua sigla (RFFSA), seu inconfundível logotipo; sua história e o que ela representou para o país



”

medida que o processo evoluiu, novas rotinas administrativas foram implantadas, tanto pela Inventariança quanto pelos sucessores, hoje consolidadas. Entretanto, não cabe ao órgão sucessor somente receber bens, documentos, créditos e dívidas, muito mais que isso: é necessário gerir todo o espólio da RFFSA, em nome da União, de forma eficiente. Sem dúvida, é um grande desafio, que vem sendo superado no seu dia-a-dia. Além disso, mesmo com o término dos inventários, atividades correlatas e contingências inerentes à extinção da RFFSA, vêm sendo executadas pela Inventariança, dentre outras: pagamentos de pensões por acidentes ferroviários, pagamentos de precatórios, demandas da AGU, DNIT e SPU visando defesa das ações judiciais oriundas da RFFSA / FEPASA, tanto na condição de ré como de autora. Tais consultas demandam mão de obra qualificada, pesquisa de documentos e avaliação dos fatores envolvidos, visando resposta às indagações formu-

ladas. É um trabalho relevante, o qual deverá ser absorvido plenamente pelos sucessores.

INFORME: Qual a situação atual do inventário da extinta RFFSA?

Inventariante: A execução dos inventários atingiu, ao final de setembro/2014, o percentual de 91,55%.

Até outubro/2014 foram encerrados os inventários das unidades regionais: URPOA (Porto Alegre), URTUB (Tubarão), URFOR (Fortaleza) e URSAL (São Luís), REBRA (Brasília), URJUF (Juiz de Fora), URSAV (Salvador), URCUB (Curitiba) e URCAM (Campos dos Goytacazes). O Ministro dos Transportes através da Portaria nº 364, de 07/10/2014, decidiu por prorrogar, pelo período de um ano, o prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos de inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, ou seja, até 21 de janeiro de 2016.

Desta forma, no ano de 2015, os esforços para conclusão das atividades de inventário estarão concentrados nas unidades URBEL (Belo Horizonte), URBAU (Bauru), URSAP (São Paulo), URREC (Recife) e na Administração Geral (Rio de Janeiro).

INFORME: O senhor gostaria de deixar uma mensagem para os leitores?

Inventariante: Sim. Após 34 anos de serviços prestados a RFFSA, nas áreas de manutenção mecânica, via permanente e operacional, nunca tive a oportunidade de conviver com tamanha quantidade de informações e entender melhor a importância delas. Nesse contexto, tinha como foco a atividade-fim da empresa, ou seja, o transporte ferroviário de cargas. Esta nova e valiosa experiência conduz a uma enorme responsabilidade, executada com dedicação e transparência. Em síntese: é bastante gratificante; pois, além de agregar conhecimento, participo de um trabalho de alto interesse público, desenvolvido em conjunto com a excelente força de trabalho da Inventariança, motivo pelo qual quero expressar meu especial agradecimento a todos que participam desse trabalho.

Expediente

Inventariante: Manoel Geraldo Costa

Comissão de Edição: Flávio Rabello, Carlos Van Junior, Marco Henrique de Araújo, Maria das Flores de Jesus Ferreira, Luís Miguel de Lima P. Pereira Gil, Marluce Prado Lima, Claudiney Oliveira da Silva, João Dias.

Conhecendo as Unidades Regionais

Neste espaço, o Informe da Inventariança passará a retratar suas Unidades Regionais

Unidade Regional de Bauru - URBAU

A Unidade Regional da Inventariança em Bauru - URBAU ocupa parte da Estação Ferroviária de Bauru, local dos antigos Escritórios Administrativos da RFFSA, onde, no início do Século XX, funcionou a Sede Administrativa da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB).

A propósito, cabe inserir um breve histórico da malha ferroviária abrangida pelos trabalhos de inventário da URBAU.

Tudo começou em 1904 com a criação da "Companhia da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil" e o recebimento da concessão para construir e operar o traçado férreo de Bauru a Cuiabá. Em 1907, foi aprovada a alteração de traçado, passando a ser de Bauru a Corumbá. Em 1908 foi alterado o contrato de concessão firmado com aquela Companhia e criadas duas ferrovias, sendo uma relativa ao trecho Bauru-Itapura, que permaneceu com tal empresa, e a outra, relativa ao trecho Itapura-Corumbá, que passou ao domínio pleno da União. Em 1918 o Governo Federal encampa a Estrada de Ferro Bauru-Itapura e com a Estrada Itapura-Corumbá forma a Estrada de Ferro Bauru a Porto Esperança, que, em 1919, teve seu nome alterado para "Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - NOB". Em 1926 foi inaugurada a Ponte Ferroviária Francisco de Sá no rio Paraná, ligando por ferrovia o Estado de São Paulo e atual Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1940 foi concluída a variante Jupia - Araçatuba, que passou a integrar a Linha Tronco, o que acarretou a desativação do trecho compreendido entre as Estações de Lussanvira e Itapura. Em 1952 ficou concluído o trecho férreo até Corumbá, com ligação a partir da Estação de Agente Inocêncio, o qual passou a integrar a Linha Tronco, ficando, assim, o traçado até Porto Esperança como Ramal. Em 1938 foram iniciados os trabalhos para a execução do ramal de Ponta Porã, partindo da Estação de Indubrasil, cuja conclusão deu-se em 1953. Ao final dos anos 60, com execução pela Comissão Mista Brasil-Bolívia, o trecho entre a Estação Ferroviária de Corumbá e a divisa com a Bolívia, bem como o ramal de Ladário, este concebido para possibilitar um intercâmbio entre a navegação e a ferrovia, foram incorporadas ao patrimônio da "NOB", que, nessa época, já pertencia à Rede Ferroviária Federal S/A, criada pelo Governo Federal em 16/03/1957, por intermédio da Lei nº 3.115/57, incorpo-



Estação Ferroviária de Bauru

rando ao seu patrimônio um total de 18 empresas ferroviárias, incluindo a Autarquia Federal "Estrada de Ferro Noroeste do Brasil". Em 1969 a RFFSA criou quatro Sistemas Regionais, para fins de administração e controle, sendo que a então "NOB" passou à subordinação do Sistema Centro-Sul, sob a denominação de 10ª. Divisão Noroeste, que, a partir de 01/01/1990, foi transformada na Superintendência Regional de Bauru - SR.10. Em 1996 e sob a denominação de "Malha Oeste", a SR.10 foi desestatizada, passando a concessão da operação do transporte de cargas para a "Ferrovia Novoeste S/A". Tal empresa, desde 2006, encontra-se sobre o controle da América Latina Logística (ALL). Em relação à "Malha Oeste", cabe destacar que, ao final de 2004, foram concluídas as obras do novo contorno ferroviário de Campo Grande/MS, ligando a Estação de Lagoa Rica à Estação de Indubrasil e desativando o trecho e pátio da Área Central, criando, assim, outros dois ramais ferroviários (Lagoa Rica/Manoel Brandão e Indubrasil/Posto KM 903).

Retornando ao presente, a área de atuação da URBAU encontra-se afeta aos bens e acervos integrantes da denominada "Malha Oeste" (ex-Superintendência Regional de Bauru-SR.10), que abrange um trecho férreo localizado nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, numa extensão aproximada de 1.624 Km e constituída de 141 Pátios/Postos e de 46 oficinas/seções/setores.

Relativamente às atividades de inventário desenvolvidas na URBAU deve-se destacar, entre outras, a transferência à AGU de 5.251 dossiês de ações judiciais inativas e de 3.557 dossiês de processos judiciais. No tocante aos bens históricos, foram inventariados 09 Convênios, com levantamento de 14.691 itens. Quanto aos bens móveis não operacionais (equipamentos e materiais rodantes) foram apurados 757 itens. Quanto aos móveis e utensílios foram levantados 1.693 itens. Quanto aos bens imóveis não operacionais, foram inventariados 2.979 registros patrimoniais.

No que se refere à interatividade com os Órgãos Sucessores da RFFSA (DNIT, AGU, SPU, IPHAN, DEPEX/MPOG e MT), com Unidades localizadas nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a URBAU, desde o início das suas atividades, vem atendendo as diversas demandas, como, por exemplo: prestação de subsídios para defesa da União; apoio no atendimento aos aposentados da RFFSA; auxílio na prestação de informações dos bens imóveis (edificações e terrenos) transferidos ao SPU e DNIT; e fornecimento de informações pertinentes aos ex-empregados da RFFSA e aposentados do MT.

Atualmente está sob gestão da URBAU contrato de prestação de serviços voltada ao tratamento, higienização e diagnóstico do acervo documental sob sua guarda.

A URBAU, atualmente, conta com o prestimoso apoio de 07 servidores.

A atuação da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico

A atribuição da Assessoria foi estabelecida em Resolução do Inventariante RINV nº 04/2010, com o objetivo de agilizar os inventários e estabelecer metas e estratégias que possibilitassem uma atuação frente às demandas do Ministério dos Transportes e dos órgãos de Controle, com ênfase nos relatórios gerenciais e indicadores de desempenho, visando desenvolver e implementar um planejamento estratégico integrado para a Inventariança.

A primeira etapa dos trabalhos teve como objetivo avaliar os recursos disponíveis para o processo de inventário, destacando os pontos fortes e fracos, considerando, para isso, o contexto de agentes externos e análise das áreas funcionais existentes.

A seguir, definiram-se os objetivos, estabelecendo-se as estratégias a serem implementadas, com uma visão de longo prazo, através de ações de curto prazo.

Fez-se, então, necessário o monitoramento, o qual consiste em acompanhar e avaliar a execução da estratégia, que deve ser realizado com base nos mesmos indicadores utilizados quando do planejamento estratégico, propriamente dito.

Seguindo os conceitos apresentados, desenvolveu-se, simultaneamente, ações na captação de informações junto as Assessorias do Inventariante e Comissões de Inventário, "coleta de dados das atividades e produtos gerados pela Inventariança", a partir do compromisso dessas assessorias com o projeto proposto.

Buscou-se adequar as atividades da Assessoria de Planejamento Estratégico e os controles internos da Inventariança aos parâmetros definidos pelas auditorias da Controladoria-Geral da União. Em decorrência, implementou-se plano de ação com vistas a ajustes na elaboração dos relatórios, visando à reformulação dos indicadores e análise de seus impactos.

Cabe mencionar a inserção das metas específicas para os indicadores de desempenho das ações de inventário, permitindo uma análise mais aprimorada e uma mensuração mais precisa dos resultados obtidos pela Inventariança na execução das atividades planejadas.

Outrossim, foram acrescentados aperfeiçoamentos no sentido de serem mantidas informações específicas relativas às Unidades Regionais, cuja atividade de inventário já estiver concluída, posto que essa condição é importante para que se tenha um histórico completo das atividades desenvolvidas pela Inventariança desde sua implantação.

A partir das modificações referidas, o Relatório de Gestão passou a contar com informações detalhadas e consistentes sobre seus in-

“ Buscou-se adequar as atividades da Assessoria de Planejamento Estratégico e os controles internos da Inventariança aos parâmetros definidos pelas auditorias da Controladoria-Geral da União ”

dicadores, cumprindo, assim, as recomendações do controle externo.

No quadro evolutivo trimestral de julho a setembro de 2014, obteve-se um desempenho acumulado de 2,06%, acarretando, assim, um desempenho da Inventariança até setembro/2014 de 91,55%.

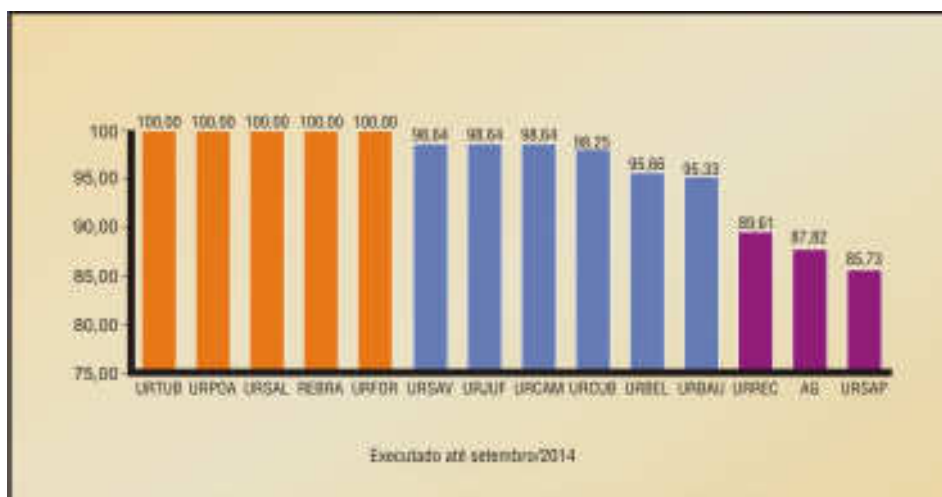
Entre o período de setembro/2013 a setembro/2014, teve-se uma evolução na inventariança de 5,67% acumulada no período.

Em função do resultado alcançado no trimestre julho a setembro de 2014, visualiza-se a conclusão dos inventários de mais cinco Unidades Regionais até dezembro de 2014: URFOR, URSAV, URJUF, URCAM e URCUB, totalizando assim nove unidades regionais concluídas ao final do exercício.

Evolução do Processo de Inventariança / Setembro/2014



Quadro Resumo das Unidades Regionais em Setembro de 2014 (%)



Horto Florestal de Rio Claro em inventário

Situado na cidade de Rio Claro no Estado de São Paulo, criado em 1909 pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, o Horto Florestal de Rio Claro, tornou-se, ao longo do tempo, centro de diversas pesquisas sobre o eucalipto, onde foram arquivados os resultados desses trabalhos, dando origem ao Museu do Eucalipto em 1916. A Companhia Paulista, na década de 70, à época da estatização das vias férreas, foi incorporada à FEPASA, e essa, à extinta RFFSA.

O valioso acervo técnico e documental, além dos bens móveis lá instalados, a maioria fabricados no local e em uso desde a fundação do Horto, estão sendo objeto de inventário, abrangendo mais de 3.000 itens. Tal inventário é feito de forma meticulosa, registrando-se em fotografias item a item, destacando-se a beleza e o trabalho artesanal de cada peça, dentre outras: máquinas, equipamentos, cadeiras, mesas, armários, estantes e painéis para exposição de peças no Museu.

Para melhor registrar a importância e magnitude desse inventário, deve-se conhecer um pouco da história do referido Horto, bem como da reserva florestal formada em seu entorno, cerca de 2.230 hectares, dando origem à atual Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA

Nesse contexto, no final do século XIX, havia uma escassez de matéria-prima para manutenção e construção de ferrovias. Com o intuito de suprir a demanda de madeira para dormentes e carvão, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro criou Hortos Florestais, entre eles, o Horto Florestal Rio Claro, na cidade de Rio Claro, em homenagem a Edmundo Navarro de Andrade que, em 1914, trouxe da Austrália 144 espécies de eucalipto, fazendo do local sua residência.

A floresta possui a maior variedade de espécie de eucalipto do Brasil, o que a torna referência no cultivo e pesquisa da planta e a faz conhecida como “berço do eucalipto”. Entre outras atrações, possui o Museu do Eucalipto, criado pelo agrônomo Edmundo Navarro de Andrade.

A FLORESTA E SUA HISTÓRIA

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade tem sua história ligada à cultura cafeeira, e à expansão das ferrovias pelo interior do estado de São Paulo.

Em 1868, grandes proprietários de terras fundaram a Companhia Paulista de Estradas de Ferro com a intenção de prolongar a linha férrea a partir de Jundiá permitindo, assim, o escoamento da produção cafeeira do então chamado “oeste paulista” até o porto de Santos.

A linha férrea chegou a Rio Claro em 1876, e, em 1892, instalaram-se as oficinas da Companhia Paulista com atividades relacionadas ao reparo, manutenção e produção de componentes para as locomotivas, carros de passageiros e vagões.

Em 1903, Edmundo Navarro de Andrade assumiu a diretoria dos hortos da Companhia Paulista, dando início a um programa de



Interior do Museu do Eucalipto

reflorestamento que tinha como objetivo principal atender às necessidades da madeira da ferrovia com o suprimento de dormentes e carvão para combustível.

Pela sua importância natural, histórica e cultural, todo o conjunto foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT.

Em 14 de dezembro de 1998, a Resolução SMA-87, deu a posse desse Horto para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) e, em 11/06/2002, por meio do Decreto nº 46.819, o Horto, com todo o seu acervo histórico, científico e cultural, passou à categoria de “Floresta”, sob a administração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

MUSEU DO EUCALIPTO

Fundado em 1916, o Museu do Eucalipto foi idealizado com o objetivo de manter e expor os resultados das várias pesquisas realizadas por sua equipe para a aclimação de diversas espécies do gênero *Eucalyptus* provenientes da Austrália e Oceania. A Floresta foi uma das primeiras a ser utilizada experimentalmente para a plantação de eucalipto. Ainda é possível encontrar algumas das 144 espécies de eucaliptos introduzidas na FEENA, muitas se desenvolveram mais no Brasil, do que em seus locais de origem.

Concluindo, destaca-se a relevância dos trabalhos da Inventariança da extinta RFFSA realizados no Horto Florestal de Rio Claro, os quais, além de inventariar os bens patrimoniais e acervo documental, vinculados à extinta FEPASA, tem por objetivo a preservação desse valioso acervo, constituído por mais de 100 anos, transferindo-os aos órgãos sucessores da extinta RFFSA,

aliados aos trabalhos sob competência da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo / FEENA.



Solar Navarro de Andrade



Museu do Eucalipto

MUSEU DO EUCALIPTO

Endereço: Av. Navarro de Andrade, s/nº – 13500.970 – Rio Claro – SP

Informações para agendamentos:
(19) 3534-7706 e 3524-7916

Visitas: de segunda a sexta, das 9h00 às 11h30min e das 13h30min às 16h30
Feriados e fins de semana das 13h30 às 16h30
ENTRADA FRANCA